

## Um ano de crise: empate social com muitos gols, diz professor Marcelo Neri

(NÃO ASSINADO)Na passagem do Ano I D.C. (ano um depois da crise) no dia 15 de setembro, quando a crise irrompeu as bolsas de valores lá fora, o que podemos dizer dos seus efeitos no bolso do brasileiro? O Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/IBRE/FGV) revelou em sucessivos estudos a emergência de uma nova classe média no Brasil: no período de 2003 a 2008 quando 27 milhões de pessoas ascenderam às classes ABC ([www.fgv.br/cps/classemedia](http://www.fgv.br/cps/classemedia) e [www.fgv.br/cps/desigualdade](http://www.fgv.br/cps/desigualdade)).

Com a chegada da crise externa ao país a partir de setembro de 2008, nossos estudos voltaram-se à crônica da manutenção, ou queda, dos padrões de vida recém-conquistados naquele período crítico ([www.fgv.br/cps/crise](http://www.fgv.br/cps/crise) e [www.fgv.br/cps/crise2009](http://www.fgv.br/cps/crise2009)).

A nova classe média brasileira tornou-se um ativo macroeconômico crucial para compensar a queda na exportação de nossos produtos como fruto da retração global. Damos sequência aqui, com dados até julho de 2009, ao monitoramento da evolução da composição da população em seus diversos estratos econômicos (isto é, as classes E, D, C e AB), bem como de seus determinantes próximos, como a desigualdade e mobilidade de renda e seus respectivos componentes trabalhistas.

Julho de 2009, nove meses após a chegada da crise, já há uma visão clara dos seus efeitos na renda dos trabalhadores brasileiros nas seis maiores metrópoles do país. A desigualdade de renda, que passou por forte deterioração em janeiro, quando perdeu-se parte das melhoras dos últimos anos, já voltou em julho último aos níveis mais próximos do pré-crise, uma virtual estabilidade em níveis de julho de 2009 e 2008 (aumento do Gini de 0,3%).

A boa notícia é que estamos voltando aos níveis mais baixos da nossa série histórica, que datam de 1960. Mesmo a classe AB, que ganha mais de R\$ 4.800,00 por mês e que tinha perdido mais com a crise (-2,7% só em janeiro), está hoje apenas 0,5% abaixo dos níveis de um ano atrás (14,97% da população estão na classe AB, com quase 55% da renda). A classe C já está no saldo positivo, com ganho de 2,5% em 12 meses (com 53,2%, a classe dominante no sentido populacional).

Se esse empate com muitos gols pode ser considerado um bom resultado em época de crise, por outro lado ele esconde uma parada súbita da melhora prévia dos indicadores: de julho de 2003 a julho de 2008, a Classe AB cresceu 35,7%, a classe C subiu 23,1% e a desigualdade de renda caiu como nunca tinha caído antes nas séries estatísticas brasileiras.

Uma síntese pode ser encontrada na soma das classes ABC, que subiu 1,81% no período de crise e 25,7% na auspiciosa fase anterior à chegada da crise no Brasil. Um aspecto inovador da pesquisa foi abrir as periferias das metrópoles, onde observamos aumentos das classes ABC de 2,8% nos últimos 12 meses e de 31,15% no período anterior, em níveis portanto bastante superiores aos das metrópoles. Ou seja, da mesma forma que esta é uma crise no centro do capitalismo mundial, leia-se países desenvolvidos, e não da chamada periferia, nas metrópoles vale o mesmo: as capitais mais conectadas com o exterior pelas vias das exportações industriais e do crédito sofreram mais que as periferias.

Antes de começar a comemorar, devemos ressaltar que temos ainda muitas incertezas e desafios no futuro próximo. Ao compararmos esta última semana da série com o total do mês percebemos que a classe ABC assumiria um viés de baixa (67,44%, ou seja 1,06% abaixo da média do mês de julho de 2009 como um todo, mas ainda 1,1% maior que julho de 2008).

Como se isto não bastasse, vai ser difícil nos próximos dois meses manter o ritmo de crescimento do período julho-setembro do ano passado, quando as classes ABC estavam bombando, como se diz na gíria, crescendo 2,4% no período. Ou seja, um empate de fato em setembro, um ano D.C. deve ser visto como um resultado ainda mais auspicioso que o observado até agora.

O brasileiro se acostumou com facilidade às vitórias e não aceita empates. Mal comparando, é como na louvável classificação antecipada que acabamos de conquistar para a Copa do Mundo, ou o fato de sermos, até 2018, o único país a ter participado de todas as edições da Copa. Mas, os trunfos recentes ou passados não vão atenuar um fiasco no ano que vem. Isto é tão certo quanto o fato dos argentinos não comemorem por nós, ou que nós não choremos por eles.

Nossa estratégia é, a cada atualização das nossas séries tradicionais, incorporar uma nova dimensão à análise da nova classe média como o acesso a bens de consumo, empreendedorismo e microcrédito, educação de boa qualidade, entre outros, explorando a cada pesquisa uma nova ótica. Na nossa última pesquisa, impactados pelos riscos emanados do estouro de bolhas financeiras, exploramos a demanda por mecanismos de seguro pela população de baixa renda e pelos segmentos recém-promovidos a novos estratos econômicos.

Microseguros é uma agenda que emerge só agora, tal como o microcrédito floresceu nas últimas duas décadas. São sequências naturais de um mesmo processo: o microcrédito possibilita às pessoas subirem na vida e o microseguro impede que essas mesmas pessoas sucumbam a choques adversos relacionados a desemprego, doenças, acidentes, roubo, morte, entre outros. Isto é, microseguro impede que uma situação crítica se torne crônica (vide [www.fgv.br/cps/ms](http://www.fgv.br/cps/ms)).

Durante a melhora na distribuição de renda dos últimos anos, demos os pobres ao mercado consumidor. Há que se fechar o ciclo e dar o mercado aos pobres produtores.

Reconhecer os pobres como protagonistas de suas vidas, explorar as interações público-privadas no bojo das políticas sociais, desenvolver ações de empreendedorismo que atendam a principal dificuldade relatada pelos nanoempresários: falta de clientes, desenvolver microseguros e o crédito produtivo popular, dar qualidade à educação básica compõem a nova geração de políticas públicas para a próxima década. O desafio é por meio dessas ações articular o meio de campo entre a nossa bem plantada defesa macroeconômica e o nosso ataque social.

\* Marcelo Côrtes Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, é autor de "Retratos da Deficiência", "Cobertura Previdenciária: Diagnóstico e Propostas" e "Ensaio sociais". E-mail: [mcneri@fgv.br](mailto:mcneri@fgv.br)

Fonte: Valor Econômico